

A AÇÃO PEDAGÓGICA DO PROFESSOR EM SALA DE AULA

FERNANDES, Tânia¹

GONÇALVES, Valdirene Polassi²

MOURA, Maria Aparecida da Silva³

OLIVEIRA, Angélica Florentino de⁴

SILVA, Vanilda Aparecida⁵

WATHIER, Juliana Costa⁶

RESUMO

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais tem sido motivo de preocupação para alguns professores que atuam em classes cada vez mais heterogêneas. A educação na perspectiva escolar é uma questão de direitos humanos, e os indivíduos com deficiências devem fazer parte das escolas, as quais devem modificar seu funcionamento para incluir todos os alunos. Esta é a mensagem que foi claramente transmitida pela Declaração de Salamanca/Espanha (1994, Conferência Mundial Sobre Educação Especial, UNESCO) em defesa de uma sociedade para todos partindo do princípio fundamental de que todas as pessoas devem aprender juntos, independente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. A política de inclusão dos alunos na rede regular de ensino que apresentam necessidades educacionais especiais, não consiste somente na permanência física desses alunos, mas o propósito de rever concepções e paradigmas, respeitando e valorizando a diversidade desses alunos, exigindo assim que a escola defina a responsabilidade criando espaços inclusivos. Dessa forma, a inclusão significa que não é o aluno que se molda ou se adapta à escola, mas a escola consciente de sua função coloca-se a disposição do aluno.

¹ Professora na Creche Municipal Thayná Gabrielle oliveira de Moraes. Email: thania_fernandes@hotmail.com

²Técnica de desenvolvimento infantil na Creche Municipal Thayná Ggabrielle oliveira de Moraes. Email: valdirene155@hotmail.com

⁴Técnica de desenvolvimento infantil na Creche Municipal Thayná Gabrielle oliveira de Moraes. Email:angellykadeoliveira@hotmail.com

⁵Técnica de desenvolvimento infantil na Creche Municipal Thayná Gabrielle oliveira de Moraes. Email:vanildaapsilva@hotmail.com

⁶Técnica de desenvolvimento infantil na Creche Municipal Thayná Gabrielle oliveira de Moraes. Email: Julyana_wathier@hotmail.com

O problema levantado neste trabalho tem como foco explicitar a importância da ação docente na inclusão de crianças com necessidades no âmbito escolar. Tem o objetivo de promover reflexões sobre a prática educativa vivenciada diariamente neste contexto possibilitando ao educador desenvolver um olhar crítico sobre sua atuação e os resultados de suas ações. O resultado esperado com esta pesquisa é o de promover uma mudança de atitudes e de conceituação do que seja a inclusão e o trabalho desenvolvido neste ambiente através de uma reflexão crítica sobre a ação do educador.

PALAVRA CHAVE: ATUAÇÃO DOCENTE, INCLUSÃO, REFLEXÃO.

1- INTRODUÇÃO

Comete grande equívoco quem pensa que o ato de incluir-se, o esforço de socializar-se, está restrito aos portadores de necessidades especiais. Avaliando todo o nosso processo de vida, desde o ventre materno à velhice, todos nós estamos em constante movimento de inclusão.

Quando rompemos a vida intrauterina e despertamos no nascimento, passamos imediatamente a ser incluídos. No primeiro momento, em nosso núcleo familiar. Aos poucos, todos ao redor terão que se adaptar à chegada de mais um, que,

diga-se de passagem, muda toda uma rotina. Depois, temos que lutar para que sejamos incluídos nos grupos com os quais desejamos interagir. Lutar para nos incluir numa escola, num curso, na turma do clube, no time de futebol e nos grupos religiosos. Mais tarde, nas turmas do cursinho, na turma dos programas de fim de semana, etc. Temos que nos incluir, também, na turma do computador e logo teremos que nos incluir na vida profissional, ensinar por nosso esforço e dedicação que somos capazes, que a sociedade pode nos confiar a tarefa e execução da proposta profissional. Temos assim que nos incluir no mundo, para que vivamos nos socializemos e crescamos a partir dessa convivência.

Como não podia ser diferente, no Brasil existem milhares de portadores de necessidades especiais, e diante dessa demanda existem propostas e práticas educacionais no sentido de administrar essa exclusão desse público visando recebê-los nos diversos segmentos da sociedade, uma vez que desde os primórdios, essas pessoas sempre foram privadas de seus direitos, tendo a sua liberdade colhida com atitudes preconceituosas sendo rotulados como inabilitados. A seguir, com base em leituras sobre o tema proposto, buscaremos de maneira sintetizada, promover a compreensão sobre o assunto através de leitura de textos pertinentes relacionados diretamente ao assunto.

Para dar suporte ao nosso trabalho, tivemos o embasamento de vários pesquisadores sendo eles Luciana Amaral Fiale, Elzebel Maria Alberton Frias, Cecília de Campos França, Elizabet Dias Sá entre outros que serão mencionados no decorrer do trabalho, e de uma entrevista concedida pela Diretora da Escola Estadual Vereador Manoel Marinheiro Adriana Germana Luzia juntamente com a professora Nelci Piazza Pedagoga especializada em inclusão Social e Psiconeuropedagogia. Este trabalho nos permitiu alimentar a esperança de construir um espaço escolar de qualidade onde haja a ação inclusiva no contexto escolar, mesmo porque, a escola é um espaço onde deverá ou deveria existir o acolhimento de todos que propuser permanecer.

Luciana Amaral Fiale foi muito importante neste trabalho, pois ela nós mostrou que o aluno ao adentrar na escola traz um conhecimento de mudo diferente do encontrado, e também suas peculiaridades, peculiaridade estas muitas vezes pautadas em problemas emocionais, sociais, financeiros dentre outros. Cecília de Campos França foi bem sucinta nas suas observações, no entanto deixou claro que, se pensarmos em democracia teremos que valorizar todos e qual aprendizagem do outro, pois não há democracia sem que haja valorização de todos os sujeitos.

Elizabet Dias Sá nos levou a refletir sobre o conceito de educação especial, onde foi muito contundente em dizer que os órgãos públicos ainda estão vendo a Educação Especial como se forcem um favor, e não como um direito, pois isto é obrigação do Estado cumprir com suas responsabilidades. Elizabel Maria Alberton Frias foi bem expressiva em seu posicionamento e disse que incluir pessoas com necessidades especiais na escola pressupõe uma ampla reforma no aparelho educacional. Isto insinua uma flexibilização ou adequação do currículo, e não uma adaptação do aluno a escola com modificação nas formas de ensino.

Ao longo de muitos anos o professor foi visto como um difusor de ideias incontestadas, como um profissional passivo, que apenas deveria repassar conhecimentos aos seus alunos, sem preocupar-se com a prática desenvolvida, nem com a contribuição da mesma para o avanço ou retrocesso da aprendizagem dos discentes. Ressalta-se, porém, que concepções como estas vêm sendo cada vez mais contestadas e reelaboradas por pesquisadores e pelos próprios educadores, que percebem cada vez mais, a dificuldade enfrentada em sala de aula bem como a possibilidade de melhoria da mesma, sobretudo através da reflexão e do conhecimento voltado para a sua prática, que possibilitaria um novo olhar e despertaria novas perspectivas para a melhoria do seu trabalho como profissional da educação.

Como afirma Schön (2000),

[...] é possível através da observação e da reflexão sobre nossas ações, fazermos uma descrição do saber tácito que está implícito nelas. Nossas descrições serão de diferentes tipos, dependendo de nossos propósitos e das linguagens disponíveis para essas descrições. Podemos fazer referência, por exemplo, às sequências de operações e procedimentos que executamos; aos indícios que observamos e às regras que seguimos; ou os valores, às estratégias e aos pressupostos que formam nossas "teorias da ação". (SCHÖN, 2000, p. 31).

Assim, a concepção voltada para a reflexão sobre a prática e na prática, promove uma série de mudanças no perfil do profissional da educação inserido em sala de aula que poderia através da reflexão e do pensamento crítico. Identificar a atual situação de sua prática como docente, identificando o saber que está sendo construído verificando assim, sua legitimidade, sua validade enquanto ato que proporciona conhecimentos significativos para os educandos envolvidos.

É certo que a prática pedagógica do professor dependerá em suma da concepção que o mesmo tem do próprio trabalho. O professor poderá desenvolver

uma prática que seja transformadora, significativa, pertinente ao contexto social dos alunos contemplados, ou poderá apropriar-se de uma prática mecânica, que tem como principal finalidade repassar conteúdos, e realizar atividades meramente repetitivas.

A inclusão se faz no dia-a-dia a partir do compromisso e das experiências de cada professor, pois a inclusão é conjunta, ou seja, através de toda a comunidade escolar. A inclusão é um desafio que precisa de muito empenho da comunidade escolar para dar certo e apoio da família, comunidade e todos batalhando pelo mesmo objetivo transformar a inclusão numa realidade.

A inclusão precisa ser acolhida por todos independentemente de suas condições físicas ou intelectuais, cabe ao professor trabalhar essas diferenças através de brincadeiras, jogos e tratar de maneira igual os demais alunos, pois esta ação indiretamente ajuda no desenvolvimento dos portadores de necessidades especiais (PNE) e se sentir incluído pela escola e o principal objetivo trabalhar as suas limitações individuais.

Inclusão é um longo caminho a ser percorrido só iremos conseguir através de muito trabalho e esforço em conjunto com a sociedade e família juntamente com a escola que passa a ser a parte mais importante da inclusão. Incluir implica participação plena, mudanças de valores e prática, respeito às características individuais e importantes de todo cidadão.

2- EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O termo educação inclusiva supõe a disposição da escola em atender a diversidade total das necessidades dos alunos no âmbito escolar.

A escola brasileira é marcada pelo fracasso e pela evasão de uma parte significativa dos seus alunos, que são marginalizados pelo insucesso e privações constantes e pela baixa autoestima resultante da exclusão escolar e social. Alunos que são vítimas de seus pais, de seus professores e, sobretudo, por viverem em condições de pobreza em todos os seus sentidos. Esses alunos são sobejamente conhecidos das escolas, pois repetem as suas séries várias vezes, são expulsos, evadem e ainda são rotulados como mal nascidos e com hábitos que fogem ao protótipo da educação formal.

Fiale (s/d) afirma que não é possível culpar o aluno pelo fracasso escolar, pois essa questão é complexa e passa por muitas instâncias que vão além dos muros da escola.

É urgente que pensemos em uma forma de melhorar os projetos pedagógicos das escolas, pois é necessário aproveitar toda bagagem e conhecimento que o aluno edificou durante sua trajetória extra vida escolar. É comum ver no nosso dia-a-dia, a diferença entre o filho de família com situação financeira boa em contra partida o que não tem a mesma situação financeira, quando a criança abastado ¹tem problema de aprendizagem, as escolas dispunha de diversos aparatos de forma a sanar os problemas, tais como: psicólogos, fonodólogos, aulas de reforços, dentre outros meio, enquanto para a classe empobrecida resta somente boa vontade dos profissionais de educação.

1 Segundo Minidicionário Aurélio (1977) a palavra **Abastado** significa “Enriquecido”. De acordo com este posicionamento, percebemos que no Brasil não podemos falar em escolas no plural, e sim escola no singular, pois em cada bairro, cidade ou estados existem escolas, não entanto, com particularidades diferentes, foi o caso de uma reportagem da Rede Globo de Comunicação, onde mostraram as melhores e as piores escolas do país, uma das quais nos chamou atenção foi uma no município de Codó/Maranhão, a escola estava em condições deplorável, as carteiras estavam em péssima qualidade, o quadro negro estava quebrado, o piso era de chão batido, a merenda era as próprias professoras que preparavam e o mais incrível até para fazer as necessidade fisiológicas os alunos e os professores tinham que usar um matagal que ficam ao lado da escola.

Como a inclusão é um discurso e um plano de ação dos governos, cabe aos diretores de escola, professores, pais e funcionários se organizarem e lutar para que o direito dos alunos seja respeitado e não se configure com uma moeda de troca em véspera de eleição.

De acordo com GRISI uma aula sempre pode ser bem aproveitada *“toda aula, em resumo, seja qual for o objetivo a que vise, e por mais claro, preciso, restrito, que este se apresente, tem sempre uma inelutável repercussão mais ou menos ampla, no comportamento e no pensamento dos alunos”* (GRISI, 1971, p.91).

De acordo com o posicionamento de Freire (1996), percebemos que o professor antes de ser adentrar em uma sala de aula, ele é uma pessoa que tem desejos, fraqueza, ansiedade dentre outras peculiaridades que são próprias do ser humano. No entanto, quando ele se dispunha a ser um docente, o mesmo deverá despir do pedestal de autoritarismo „enquanto eu falo você escuta”, conforme Freire (1996. p.34-35) reiterou-se que “Não é possível ao professor pensar que pensa certo,

mas ao mesmo tempo mesmo perguntar ao aluno se “sabe com quem está falando.” Se isto vier acontecer pressupõe-se que ele esta na profissão errada, ele deve lembrar que esta lidando com pessoas que necessita de compreensão, respeito, atenção, carinho entre outros, mesmo porque a grande maioria dos educandos chegam às escolas já com uma carga de problemas oriundos do seio familiar, principalmente se a família não for bem estruturalmente financeiramente e emocionalmente.

O professor autoritário, o professor licencioso, o professor competente, sério, o professor incompetente, irresponsável, o professor amoroso da vida e das gentes, o professor mal-amado, sempre com raiva do mundo e das pessoas, frio, burocrático, racionalista, nenhum deles passa pelos alunos sem deixar sua marca (FREIRE, 1996, p.66).

Também deve ser lembrado que, quando o aluno se dispunha a permanecer na escola, ele esta abdicando do seu seio materno e enfrentando um mundo diferente, e o que ele espera é que seja tratado com respeito. Por isto entendemos que as marca ficam sendo elas boas ou ruins então vale apenas deixar as melhores possíveis.

Segundo Ferreira (1977 p.262), incluir tem o significado de “compreender, abranger, fazer parte, introduzir”. Pensando assim, se incluir tem todos estes significados, então vale pensarmos que incluir não é só colocar juntos, mas, dar oportunidade para que os sintam-se acolhidos e valorizados, isto pensando de uma forma macro, principalmente se os sujeitos do qual estamos tratando for idoso, gordo, homossexual, pobre, mulher, índio, negro, albino, Down, o que necessita de cadeira de roda, ou seja, todos aqueles que não encaixam no discurso de perfeito, do bonito dentre outros atributos físicos.

Conforme posicionamento de França (2009, p. 7) “Não há como promover um processo educacional se qualquer um dos sujeitos for menos valorado que o outro”. Com esta síntese obtivemos a oportunidade de condensarmos e compreendemos o que é realmente a tão debatida inclusão social.

Segundo Frias (s/d), incluir pessoas com necessidades especiais na escola pressupõe uma ampla reforma no aparelho educacional. Isto insinua uma flexibilização ou adequação do currículo, e não uma adaptação do aluno a escola com modificação nas formas de ensino, metodologias e avaliação; implica também no desenvolvimento de trabalhos em grupos na sala de aula e na criação e adaptação das estruturas físicas para que facilitem a entrada e a movimentação de todas as pessoas. É um desafio, fazer com que a Inclusão aconteça, sem perdermos de vista

que além das oportunidades, devemos garantir não só o desenvolvimento da aprendizagem, bem como, o desenvolvimento integral do sujeito.

Estamos conscientes de que o desafio colocado aos professores é grande e que uma parte significativa continua “não preparada” para desenvolver estratégias de ensino diversificado, mas, o aluno com necessidades especiais está na escola, e isto é irreversível, então cabe a cada um, encarar esse desafio de forma a colaborar para que no espaço escolar, aconteçam transformações, mesmo que pequenas, mas, que possam propiciar o início de uma inclusão escolar possível.

Deste modo entendemos que juntar é melhor do que dividir, mesmo porque, quando elas são inseridas em turma regulares há uma interação bem mais ampla levando ao conhecimento e desenvolvimento, conforme já havíamos citado anteriormente incluir pressupõem trazer para perto, abraçar as causas, e expurgar o sentimento de desprezo e dizer sim, eu quero e vou transformar meus conceitos. Vejamos o que diz o documento de Salamanca.

A educação inclusiva, enquanto conceito e proposta institucional teve avanços significativos ao longo dos anos 90 do século XX, provocados por dois movimentos importantes, a saber: a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtiem, Tailândia, em 1990 e a Conferência Mundial de Educação Especial, realizada em 1994, em Salamanca, Espanha, de onde se originou o documento “Declaração de Salamanca”(ROZEK, s/d, p.07)

Para Sá (2002), O discurso em torno da inclusão de pessoas portadora de necessidades especiais na escola, no trabalho e nos espaços sociais em geral, tem-se tido uma repercussão bem grande entre os educadores, os familiares, os líderes políticos, nas entidades, e nos meios de comunicação dentre outros meios. Isto não quer dizer que a inserção de todos nos diversos setores da sociedade seja prática habitual ou uma realidade já concretizada. As políticas públicas para as necessidades especiais asna maioria das vezes abarca tão somente a educação, saúde e assistência social, sendo que os demais aspectos costumam ser negligenciados.

Sobre esta temática, Sá resume:

A educação destas pessoas tem sido objeto de inquietações e constitui um sistema paralelo de instituições e serviços especializados no qual a inclusão escolar desponta como um ideal utópico e inviável. A saúde limita-se à medicalização e patologização da deficiência ou à reabilitação compreendida basicamente como concessão de órteses e próteses. A assistência social traduz-se na distribuição de benefícios e de parques recursos, em um contexto de miséria e de privações, no qual impera a concorrência do assistencialismo

e da filantropia. Em cada um destes setores, o foco do atendimento privilegia uma certa dimensão do contexto de vida familiar, comunitário e social (SÁ, 2002.p.01).

“é preciso pensar também que tratar do direito universal à educação é mais do que tratar da presença de todas as pessoas na escola; é passar a olhar para o jeito de educar quem é o sujeito deste direito, de modo a construir uma qualidade de educação que forme as pessoas como sujeitos de direitos, capazes de fazer a luta permanente pela sua conquista” (CALDART, 2004, p.27).

Desta forma percebemos que o discurso da inclusão é um tema polêmico que gera debates entre vários seguimentos da sociedade organizada. Existem alguns que diga que a melhor forma de educar as crianças é ao lado de todas as outras, não importando as diversidades que existam entre elas.

No entanto, há o argumento contrário, entre os que acreditam que uma escola comum não está realmente preparada para lidar com todas as peculiaridades que uma criança portadora de necessidades especiais precisa. Sendo assim é melhor educá-la ao lado de outras iguais a ela, tentando evitar que ela sofra de discriminação e seja excluída dos outros alunos. Ainda podemos dizer que a inclusão de pessoa com necessidade especial de um modo geral continua uma utopia, ou seja, esta dita inclusão ao nosso olhar é uma inclusão perversa onde a sociedade inclui para depois excluir.

É preciso, antes de tudo, entender desde a concepção da palavra, o significado das palavras preconceito e discriminação, a seguir faz-se necessário saber o posicionamento do Poder Público e que tipo de atenção dispensa aos *portadores* de necessidades especiais, o que de fato tem feito em relação à inclusão desse público a fim de amenizar as diferenças entre os seres humanos propiciando condições adequadas a sua capacitação e desenvolvimento de suas habilidades; o profissional da educação tem participação fundamental no desenvolvimento dos seres humanos, sua atuação é primordial não só no entendimento, mas também na intervenção a fim de criar e adequar o ambiente propício para que essas pessoas sejam incluídas e assistidas pelo Estado e consigam desenvolver-se para assumir o seu lugar como ser humano.

Aurélio (1993) fala que incluir (inclusão) é o mesmo que compreender, que por sua vez quer dizer entender, alcançar com inteligência. Talvez os que escamoteiam o direito de inclusão/compreensão aos deficientes não estejam “alcançando com

inteligência” a importância desta inclusão, não só para os deficientes, mas também para os ditos “normais”.

Ao passo que existe uma gama de deficiências, faz-se necessário um recorte com o intuito de exemplificar através de uma experiência vivenciada na atuação prática de um profissional. De acordo com a proposta, não cabe aqui buscar, apontar e/ou responsabilizar a quem quer que seja na tentativa de justificar essa triste realidade, entretanto, deve-se agir para construir a diferença para os *diferentes*, concebendo o simples entendimento que todos somos assim: diferentes.

Quando se fala em educação inclusiva depara-se com infinitas possibilidades acompanhadas de perto por inúmeros desafios, desafios estes que são inerentes à educação *regular*, ao se tratar do trabalho com educandos portadores de necessidades especiais ampliam-se as possibilidades e os desafios, logo, tal atividade requer um tratamento diferenciado quer seja por parte do profissional da educação, como também da parte financiadora, o Estado.

Conforme previsto na Constituição Federal (1988) onde assegura o direito a educação a todos os cidadãos, como também previsto na *Lei de Diretrizes e Base da Educação nº 9394/96, art. 3º, cap. V – entende por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais (CEJA, 2013, pp. 97 e 98).*

Refletir pedagogicamente sobre o jeito de educar ao se tratar da educação de inclusão é assumir uma identidade e o sentimento de pertencimento a uma nação em que a diversidade se sobrepõe em todos os cantos deste país referenciando uma população multicultural, com modos de vidas bem peculiares, portanto, sugerem uma educação também, peculiar. Ao observarmos as relações existentes entre educação e sociedade, percebem-se situações de submissão e de antagonismos insuperáveis. Pois, “[...] o modelo liberal conservador da sociedade produziu três pedagogias diferentes” (LUCKESI, 1984, p. 30). Para tanto, a Pedagogia Tradicional, como modelo de educar produzido em meados do Século XIX, refletia o modelo político europeu centrado na ideia de consolidação da burguesia, que procurava construir uma sociedade democrática a partir de interesses distantes de atender grande parte da população, visando uma sociedade livre em suas relações sociais que só se efetivaria com o rompimento da ignorância, sendo a escola “[...] um antídoto à ignorância, logo, um instrumento para equacionar o problema da marginalidade” (SAVIANI, 2006, p. 6).

Logo surgia a Pedagogia Nova para contrapor o modelo vigente de educação, voltada para as diferenças, percebendo a singularidade de cada indivíduo. O professor agia como um estimulador e orientador da aprendizagem, deixando a iniciativa de aprender, ao aluno. O lema era “aprender a aprender”. Exigia-se um ambiente estimulante, com materiais didáticos para o desenvolvimento do aluno através da pesquisa por exemplo. Este modelo educacional deixou a desejar, pois ao tirar de foco a transferência de conhecimento, e o afrouxamento da disciplina como argumentou SAVIANI (2006), o problema em relação à educação de qualidade, ficou mais complexo. Também houve certa distorção de propósitos, pois o fato de permitirem que os alunos tivessem iniciativa e desejo para aprender, como forma de construção da autonomia, o professor se ausentou do processo perdendo sua autoridade.

No século XX, a Pedagogia Tecnicista, a escola passa a desempenhar o papel de formar pessoas eficientes e capazes tecnicamente de contribuir com a produção mercadológica essencial para o equilíbrio da sociedade. A escola era vista como fábricas negando o aspecto educativo, e se submetendo ao tradicionalismo centrado na transmissão e apreensão dos conteúdos e no princípio do rendimento, propondo a equalização social, que seria impossibilitada, já que de acordo com LUCKESI (1984), não encontravam os mecanismos de superação dos problemas existentes sendo que a escola se estabeleceu como instrumento de preparo de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho.

A escola foi manejada como um aparelho reforçador das desigualdades, ajudando a manter privilégios de classes, como ressaltou ROMANELLI (2006), apresentou-se ela mesma como uma forma de privilégio, quando se utilizou de mecanismos de seleção escolar e de um conteúdo cultural que não foi capaz de propiciar às diversas camadas sociais sequer uma preparação eficaz para o trabalho.

As expressões integradas e inclusivas são comumente utilizadas como se tivessem o mesmo significado. No entanto, em termos educacionais representam grandes diferenças em nível da filosofia a qual cada termo serve. O ensino integrado refere-se às crianças com deficiência aprenderem de forma eficaz quando frequentam as escolas regulares, tendo como instrumento a qualidade do ensino. No ensino integrado, a criança é vista como sendo portadora do problema e necessitando serem adaptadas aos demais estudantes. Por exemplo, se uma criança com dificuldades é integrada numa escola regular, ela pode usar um aparelho auditivo e geralmente

espera-se que aprenda a falar de forma a poder pertencer ao grupo. Em contrapartida, não se espera que os professores e as outras crianças aprendam a língua de sinais.

Em outras palavras, a integração pressupõe que a criança deficiente se reabilite e possa ser integrada, ou não obterá sucesso. O ensino inclusivo toma por base a visão sociológica de deficiência e diferença, reconhece assim que todas as crianças são diferentes, e que as escolas e sistemas de educação precisam ser transformados para atender às necessidades individuais de todos os educandos – com ou sem necessidade especial. A inclusão não significa tornar todos iguais, mas respeitar as diferenças. Isto exige a utilização de diferentes métodos para se responder às diferentes necessidades, capacidades e níveis de desenvolvimento individuais.

O ensino integrado é algumas vezes visto como um passo em direção à inclusão, no entanto sua maior limitação é que se o sistema escolar se mantiver inalterado, apenas algumas crianças serão integradas.

Ainda existem as inclusões relativas a cada indivíduo, aquelas que vão acontecendo paralelamente. Incluir-nos no paradigma de beleza construído pela sociedade, nos padrões da moda de cada estação... É o “feito” que precisa ser incluído no universo dos “bonitos”, o idoso que precisam incluir-se numa sociedade que demonstra que, cada vez mais, não está preparada para abraçar seus “velhos”, o analfabeto que precisa incluir-se numa sociedade de signos, nem sempre fáceis de serem decifrados... *Inclusão, inclusão, inclusão...*

Segundo vários autores, inclusão significa atender o aluno com necessidades educativas especiais, incluindo aquele com necessidades especiais severas, na classe regular com o apoio dos serviços de educação especial. Isto quer dizer que o princípio da inclusão engloba a prestação de os serviços educacionais apropriados para toda criança com necessidades educativas especiais, incluindo as severas, na classe regular. (Boatwrigth, 1993; Alper&Ryndak, 1992).

Entendemos que deve existir por parte do professor, essa possibilidade de adequações na classe, visando conhecer as relações entre as condições de sua sala de aula e a sua intervenção, assim como os fatores que influenciam na aprendizagem e desenvolvimento dos alunos. Para um dos diretores entrevistados os pais estão bastante satisfeitos e agradecidos pela oportunidade de colocarem seus filhos numa escola perto de casa. Entendemos que este é um bom argumento em defesa da inclusão, ou seja, a possibilidade do aluno deficiente frequentar a escola do seu bairro,

sem necessidade de se deslocar para escolas especiais, em geral, distantes das suas casas.

Giné e Ruiz (in Coll, Palácios e Marchesi, 1995, p.304) nos diz que o professor que trabalha com crianças com necessidades educativas especiais deve. Preparar diferentes materiais; organizar a classe de forma que seja possível aprender com diferentes ritmos e de diferentes maneiras, predispondo-se a flexibilizar seu tratamento com os alunos e a captar a melhor maneira de comunicar-se com cada um deles, para ajustar e modificar sua intervenção facilitadora da aprendizagem e do crescimento pessoal.

Indagadas sobre como a presença do aluno com deficiência e dificuldades de aprendizagem na sala de aula mudou a sua forma de trabalhar, ou seja, a sua prática pedagógica, observamos, através das suas falas que, para elas, ainda parece confuso como deve ser a forma de trabalhar com esse aluno.

Eu achava que tinha que ser diferente porque quando eles estiverem lá na frente, ele não vai conseguir fazer, porque ele não tá entendendo o que eu tô querendo naquela questão, ele não tá naquele nível de aprendizagem; então eu acho que as atividades para eles tem que ser diferente, mesmo que fosse a mesma atividade, mas no nível dele. (sic).

Observamos que as professoras, de um modo geral, consideram que o trabalho com crianças com necessidades especiais requer atividades e procedimentos também especiais.

Parece que elas não entendem que muitos desses procedimentos são possíveis de acontecer dentro da sala de aula e que podem ser realizados por elas. Mesmo assim, a professora Nelci Piazza, em sua fala, intui que se buscar novas formas de atuação pedagógica com os alunos, eles podem "dar a resposta". O problema parece se situar também no fato de que as professoras não se sentem em condições de trabalhar com os diferentes níveis e ritmos encontrados numa sala de aula e, com isso, é pertinente pensar que todos têm que aprender ao mesmo tempo e da mesma forma, o conteúdo que ela repassa.

Sobre isso, Vygotsky (2007, p. 109) afirma:

A socialização da criança não só ativa e exercita suas funções psicológicas, como é a fonte do surgimento de uma conduta determinada historicamente. A socialização é a fonte do desenvolvimento dessas funções, particularmente, na criança com deficiência mental.

Vygotsky (2007) aponta que por meio do brincar a criança aprende a atuar numa esfera cognitiva que depende de motivações internas. Como forma de satisfazer seus desejos e necessidades, a criança passa a criar situações imaginárias, carregadas de criatividade e emoção.

O lúdico, portanto, assume um importante papel enquanto instrumento capaz de motivar o aluno a participar das situações de aprendizagem, reconhecendo-se como membro de um grupo, capaz de interagir e construir o seu próprio conhecimento a partir do prazer e da liberdade que a situação lúdica permite.

A escola inclusiva deveria ser uma escola para todos, mas em sua realidade falta uma formação de identidade pessoal e social e dispensável no contexto pedagógico. Levar o aluno a ter mais segurança no que faz oportunizar tarefas simples, em etapas de forma que seja possível ele observar e compreender seus avanços. Por isso é importante trabalhar a qualificação do professor para oferecer uma educação de qualidade, visando o respeito o dialogo e as trocas de experiências entre educador e aluno.

A inclusão tem que assegurar a todos a igualdade de condições para a permanência na escola sem discriminação, pois é um principio que nossa Constituição garante, mas que ainda não se tornou realidade para crianças especiais. Se não integrarmos essas crianças em seu contexto social, poderemos interferir em seu desenvolvimento social no âmbito da aprendizagem.

Segundo, Nelci Piazza: *“Deus me de paciência de me conformar com as coisas que não posso alterar, me de a coragem de alterar as coisas que posso, e me de a sabedoria de distinguir entre umas e outras”*.

Há varias maneiras de definir a educação especial, dependendo do contexto histórico, cultural e social de cada comunidade. Conjunto de medidas e recursos (humanos e materiais) conjunto de conhecimentos científico e intervenções educativas, psicológicas, sociais e médicas.

A Educação especial é bastante abrangente e ampla, engloba uma imensa diversidade de necessidades educativas especiais uma equipe multidisciplinar, composta pelos mais diversos profissionais especialistas e que todas as crianças devem ter a oportunidade de aprender, seriam elas consideradas normais, inteligentes, lentas, retardadas, cegas, surdas, deficientes, portadoras de distúrbios emocionais, ou simplesmente limitadas em sua capacidade de aprendizagem. Tais auxílios e serviços educacionais. São planejados e desenvolvidos, e também,

requerem a avaliação criteriosa pôr parte dos profissionais envolvidos, bem como da família de cada aluno. No âmbito social, médico ou outro de forma indireta, cooperativa e integrada na educação escolar.

A inclusão de todas as crianças e jovens numa escola comum de qualidade “especial” é fundamental que atitudes de respeito ao outro como cidadão sendo concretizadas em ações de reestruturação da escola atual.

3. CONCLUSÃO

Considerando a sociedade atual, sua cultura, a postura do Estado em relação à educação como um todo e em especial as políticas públicas voltadas às pessoas portadoras de necessidades especiais, concluímos que há muito que se a avançar em diversos aspectos, é preciso incentivar as pesquisas a fim de criar novos caminhos que possam propiciar o entendimento e a redução da discriminação, do preconceito em detrimento dessas pessoas.

Portanto, penso que urge novas iniciativas, principalmente da parte do poder público que efetive a inclusão em todos os sentidos e segmentos, pois, devem-se conceber as diferenças do outro como algo normal uma vez que não somos iguais e, essa compreensão será o início de uma sociedade avançada na inclusão social ampla.

Quando propusemos esse trabalho muitas das ideias que tínhamos ia à contramão do que aprendemos no decorrer dele. Nossa visão de educação inclusiva foi ampliada, aprendemos que cada escola tem sua particularidade e muitos aspectos e pontos de convergência com a dinâmica nacional e situações que ultrapassam os muros da escola.

Isso nos levou a pensar que, se nos ambientes de nossa convivência diária encontramos ideias e pressupostos que vão ao inverso da realidade. A nossa forma de olhar e nosso comportarmos-nos diferentes contextos também irá tecer novas ideias.

Verificamos que esse trabalho se constitui em um dos possíveis caminhos no processo de inclusão das pessoas com necessidades especiais na escola regular. No

entanto, muito ainda há por se fazer. É necessário e urgente transformações na organização e nas condições de trabalho na escola, começando especialmente pela efetivação de programas de trabalho conjunto entre o professor da sala de aula e equipes de apoio, onde as necessidades e especificidades dos alunos possam ser contempladas.

As dificuldades constatadas se apresentam muito mais pela forma como o professor organiza sua sala de aula e pela escolha dos conteúdos a serem trabalhados do que em necessidades concretas de se retirar os alunos da sala de aula para receber o mesmo tipo de atendimento noutra sala. Sendo assim, a inclusão com sucesso só será possível quando a escola for capaz de se adequar com recursos e metodologias que respondam competentemente às necessidades educacionais de todos os alunos.

Partindo dessa premissa, o papel do professor de apoio, deve, na medida do possível, mudar o foco de atendimento a um pequeno grupo de alunos para ser o daquele professor voltado para a sala de aula regular, junto ao professor regente e a todos os alunos que dele necessitem. Nesse sentido, o seu trabalho estaria muito mais voltado para mudanças de estratégias pedagógicas e organização de recursos necessários para uma boa intervenção pedagógica dentro da sala de aula do que para atendimento, vistos como especializados para apenas alguns alunos.

Mesmo valorizando o papel do professor de apoio, não podemos perder de vista que o professor regente é a figura central e mais importante no processo ensino-aprendizagem. A sala de apoio pedagógico, da forma como funciona, vem de certa forma, substituindo o professor em algumas limitações inerentes a sua formação.

Outro aspecto que não podemos deixar de destacar é que a sala de apoio também colabora para a permanência na escola dos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem. No entanto, as mudanças ocorridas nas escolas observadas, ainda não contribuíram o suficiente para o verdadeiro processo de inclusão escolar. Esse processo exige uma mudança de paradigma, que passa pela construção do projeto pedagógico da escola, a reformulação da prática pedagógica, bem como pela formação e envolvimento de todos que fazem a instituição escolar.

Sabemos que viver sem instrução escolar não diminui o ser humano em sua essência, em seu caráter, mas o aprisiona em um mundo que não o permite questionar a sua volta e contestar as injustiças e verdades que permeiam em nossa sociedade, Nesse sentido, compreendemos com este primeiro estudo que as políticas públicas educacionais que deveriam contemplar a inclusão social, como toda proposta, passam por um momento de superação de um modelo de educação arcaico enraizado em nossa cultura. Modelo este, ancorado em estereótipos e preconceitos que desenharam a história da população enquanto ausentes de conhecimento, o que justifica a falta de investimento de certa forma, mas que não podemos aceitar uma formação que negue mais uma vez, os direitos e deveres civis, políticos e sociais dos cidadãos, já que possuidores de uma motivação almejam por justiça.

Considerando a atual situação e postura do Estado e Município em relação às políticas para desenvolvimento do profissional voltado à educação inclusiva, temos muito que avançar e nos qualificar portando necessitamos urgentemente de novas propostas e incentivos financeiros para melhores qualificações de profissionais nesta área.

É de inclusão que se vive a vida. Para Paulo Freire (1996), é assim que os homens aprendem, em comunhão. *“O homem se define pela capacidade e qualidade das trocas que estabelece”* e isso não seria diferente com os portadores de necessidades especiais. Inseridos numa sociedade que exige saber conviver para sobreviver, necessitamos cada vez mais nos esforçar para garantir a inclusão deles, desde os primeiros anos de idade, em todos os espaços sociais, e a escola não está à parte desse espaço.

É fato que ao longo da vida, em nossas tantas lutas adaptativas, encontramos pessoas que nos facultam apoio e formação, seja de caráter ou de conhecimento teórico, para seguirmos nosso caminho. Não poderia ser diferente na educação formal. Assim, é que no âmbito escolar – em sala de aula, no pátio, no refeitório, enfim, em cada parte o professor tem papel decisivo e de imensa responsabilidade nesse processo.

Não basta que haja numa escola a proposta de inclusão, não basta que a arquitetura esteja adequada. É claro que estes são fatores favoráveis, mas não fundamentais. É preciso que o coração esteja aberto para socializar-se e permitir-se interagir. E, como quem semeia com o tesouro do conhecimento, que refaz e constrói, é o professor que alavancará os recursos insubstituíveis para uma educação inclusiva de qualidade.

Para isso, portanto, seu coração também precisa estar aberto. Ele igualmente terá que acreditar e se ver em processo de inclusão permanente, terá que criar e recriar oportunidades de convivência, provocar desafios de interação e aproximação, estabelecer contatos com os diversos e distintos saberes, planejando de forma flexível, mas objetiva, entendendo que a comunhão, a busca do semelhante e o reconhecimento de que ninguém detém um saber, favorecem a troca, a parceria e a segurança de uma inclusão com qualidade.

Se o professor acreditar que incluir é destruir barreiras e que ultrapassar as fronteiras é viabilizar a troca no processo de construção do saber e do sentir, ele exercerá seu papel, fundamental, para assegurar a educação inclusiva que todos nós desejamos, semeando assim um futuro que sugerirá menos discriminação e mais comunhão de esforços na proposta de integrar e incluir.

Precisamos enquanto sociedade, possibilitar aos portadores de necessidade especiais uma vida digna, onde estes possam exercer o direito à cidadania como qualquer cidadão, sem que se sintam excluídos e discriminados. Sendo que o início dessa conscientização deve atender a todos aqueles que a procuram, estando sempre aberto ao diálogo, tendo como principal objetivo o aluno, independente de suas características.

Sabe-se que a educação é um direito garantido a todos, independente do credo, raça ou deficiência, assegurada pela LDB lei 9394/96 em seu art. 2º, afirma que:

“A educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdades e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educador, o seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho”.

De acordo com que foi exposto, o papel da escola é viabilizar através de uma prática pedagógica consistente, o ingresso de todos aqueles que buscam por uma possibilidade de aprendizagem, inclusive os portadores de necessidades especiais. Entretanto, não é o que ocorre, haja vista a grande dificuldade encontrada por essas pessoas, ao tentarem ingressar no convívio escolar.

Sendo que essas dificuldades são geradas pela discriminação e falta de informação da sociedade em relação ao portador de necessidades especiais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Eunice M. L.; Soriano de. **Um Retrato da Educação Especial no Brasil**. Em aberto, Brasília, ano 13, nº 60, out/dez, 1993. Disponível em: <http://www.fiec.org.br/palestras/educacao/inclusao_escolar_rede_municipal_fortaleza_selene_silveira251002.htm>. Acesso em: 13 Maio 2014.

AMARAL, Ligia Assumpção; AQUINO, Júlio Groppa (Org). **Diferenças e Preconceitos na escola: alternativas teóricas e praticas**. São Paulo: Summus,1998.

APRIMORAMENTO Institucional para a Escola Inclusiva. Pesquisa realizada pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade. São Paulo: UNICAMP, 1999.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

Experiências pedagógicas do CEJA Antônio Casagrande: **Inclusão e Transdisciplinariedade**. - Tangará da Serra – MT: Diário da Serra, 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 214.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa** [2a ed.]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [1986].

FERREIRA. Aurélio Buarque de Holanda: **Minidicionário da língua portuguesa** 1. ed. Nova Fronteira S/A 1977.

FIALE, Luciana Amaral. Fracasso Escolar: **Família, escola e contribuição de psicopedagogia**. Disponível em: <http://www.unifai.edu.br/publicações/artigos_cientificos/alunos.../18.pdf>. Acesso em: 26 Abr. 2014. 32

FRANÇA, Cecília de Campos. **Diversidade e formação de professores**. IV Fórum de Educação e Diversidade: Diferentes, (des) Iguais e Desconectados. Realizado na UNEMAT, *campus* de Tangará da Serra. Revista Digital, 2009. Disponível em: <http://need.unemat.br/4_forum/artigos/cecilia.pdf >. Acesso em: 01 Maio 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em : <http://revistaescola.abril.com.br/inclusão> >. Acesso 20 de Abr. 2014.

FRIAS, Elzebel Maria Alberton. **Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: contribuições ao professor do Ensino Regular**. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf> >. Acesso em: 11 Maio 2014.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 1984.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.

ROZEK, Marlene. **A Educação Especial e a Educação Inclusiva: compreensões necessárias**. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/viewFile/918/665> >. Acesso em: 6 Abr. 2014.

SÁ, Elizabet Dias de. **A educação inclusiva no Brasil Sonho ou Realidade?** Revista Espaço Acadêmico – Ano II nº. 14 – Julho de 2002- Mensal. ISSN 1519.6186. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/014/14csa.htm>>. Acesso em: 20 Abr. 2014.

SAVIANI, Dermeval. **ESCOLA E DEMOCRACIA: Teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 35. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2006.

SHÖN, Donald. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2000. 33

VYGOTSKY, Lev. S. ***A formação social da mente***. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

VYGOTSKY, Lev. S. ***A formação social da mente***. São Paulo: Martins Fontes, 1989.